

# MARCO MACIEL

UMA POLÍTICA PARA IRRIGAÇÃO



14 AÇÃO PARLAMENTAR



**Senador MARCO MACIEL**

# **UMA POLÍTICA PARA IRRIGAÇÃO**

**14 — AÇÃO PARLAMENTAR**

BRASÍLIA — 1983



*Dotado de gigantescos rios que, integrados nas Bacias Amazônica, Platina, do São Francisco e outras secundárias, compõem um sistema hidrográfico surpreendente, o Brasil carece, ainda, de uma política de recursos hídricos capaz de canalizar todo esse inesgotável potencial em benefício do seu próprio desenvolvimento. Se bem direcionados, esses recursos propulsionariam, por exemplo, a produção agropecuária através da irrigação, ainda em fase bastante rudimentar no Brasil, muito aquém dos níveis já atingidos em outros países da América do Sul. Seria, da mesma forma, elemento fundamental ao crescimento do Nordeste, região que, apesar das secas, possui reservas de águas subterrâneas não aproveitadas e tem condições físicas suficientes para ser palco de um projeto do porte do aproveitamento das águas excedentes do São Francisco, que garantiriam a produtividade do semi-árido. A definição de uma adequada política para os recursos hídricos do País representa, dentro desse contexto, um importante ponto de partida para outras medidas de ampla alcance, destinadas a marcar o início de uma nova e promissora etapa do desenvolvimento econômico e social brasileiro.*



**UMA POLÍTICA PARA  
RECURSOS HÍDRICOS**





Convém sempre insistir no fato de que crescimento e desenvolvimento não são, rigorosamente, expressões sinônimas. A primeira se limita às hipóteses de expansão na oferta de bens e serviços; enquanto que a segunda, mais abrangente, implica em conduzir essa expansão em um contexto de equidade entre pessoas ou regiões, o que, de resto, corresponde a um dos objetivos centrais da atividade política.

O desenvolvimento se associa, pois, com a própria construção de uma Nação, posto que se propõe a oferecer as condições mínimas de bem-estar e ascensão social a todas as pessoas e o progresso harmônico e integrado das regiões, valorizando seus recursos naturais e demográficos.

Embora possa receber estímulos externos, desenvolvimento não se importa, nem se obtém por empréstimo. É algo que brota de eleição da própria comunidade, que escolhe os caminhos a seguir e os objetivos a alcançar, preservando seus valores — éticos e culturais. Desenvolvimento se faz por intuscepção.

Em países de dimensão continental, como o Brasil, os recursos naturais a serem utilizados para a viabilização desses propósitos revelam uma distribuição espacial notoriamente heterogênea.

Essa circunstância requer, mais do que nunca, uma aguçada visão global do desenvolvimento, não só para que uma região não se desenvolva às expensas de outra, mas também para que os recursos de cada região sejam aproveitados de maneira integrada, tendo-se em vista a promoção econômica, social e cultural dos cidadãos. Todo desenvolvimento, com efeito, deve ter as características de essencialidade e complementariedade, de modo a garantir um equilíbrio inter-regional que aproveite à unidade nacional.

Mesmo no caso de recursos que, em maior ou menor escala, se encontrem em toda a extensão do território nacional, não se podem excluir os requisitos de essencialidade e complementariedade. É que tais recursos se manifestam, de maneira diferente, nas diversas regiões e, por conseguinte, seu modo de aproveitamento é diferenciado. Sua valorização obedece a critérios diferentes. O sentido de sua complementariedade se aguça e sua essencialidade recebe ênfases especiais, fazendo com que se acentue, ainda mais, a necessidade de uma visão global, a qual não pode perder de vista, nem a harmonia do todo, nem as exigências e vocações específicas de cada região.

A partir dessas considerações, é certamente de estranhar-se que o Brasil jamais tenha definido uma política global de recursos hídricos, os quais, em vista de suas múltiplas utilizações e imensas potencialidades, são essenciais ao desenvolvimento nacional, como forças propulsoras básicas e dinâmicas, à medida em que se propiciam o aproveitamento de outros recursos.

As catástrofes provocadas pelas inundações, a miséria secular do Nordeste — causada basicamente, não tanto pela escassez, mas principalmente pela inadequada utilização de seus recursos hídricos —, a poluição das águas assumindo por vezes conotações de desastre ecológico, ao lado da limitada utilização do extraordinário potencial hídrico da Nação, dão bem a medida da importância e da urgência de uma política global de recursos hídricos para o País.

Essa política, por certo, deve ser regionalmente diferenciada, hajam vista as especificidades que se manifestam em termos de dotações de recursos naturais e exigências quanto ao seu adequado aproveitamento.

À luz desse pressuposto, entendo que uma política regionalizada de recursos hídricos deveria atentar, entre outros, para as seguintes premissas:

a) no Sul e no Sudeste, as principais preocupações devem voltar-se para a adoção de medidas visando a evitar a poluição hídrica industrial, à preservação dos mananciais e à prevenção e ao controle das enchentes;

b) no Centro-Oeste, as ações devem orientar-se para a captação e o uso racional da água, a par da implantação de uma política conservacionista dos recursos hídricos contidos na região do pantanal mato-grossense;

c) no Norte, a política hídrica deve dirigir-se principalmente para a preservação e o controle das enchentes e para a navegabilidade, dando-se ênfase à grande capacidade superficial, representada pela rede hidrográfica, como meio de transporte e comunicações;

d) no Nordeste, deve objetivar-se basicamente a captação d'água, em suas diversas modalidades, e o uso racional desses recursos na agricultura irrigada que, mesmo em face de conhecidos obstáculos, não constitui mais segredo para a tecnologia moderna.

No caso específico do Nordeste, é importante aduzir que a região, mesmo no polígono das secas, dispõe de recursos hídricos suficientemente abundantes para a transformação de sua paisagem econômica e social, desde que se aproveitem adequada e racionalmente esses recursos, dando-lhes a sua devida valorização.

Com efeito, contrariamente ao que se pensa, de maneira generalizada, as precipitações pluviárias nunca faltaram, mesmo no polígono das secas, mesmo nas regiões mais áridas e nos anos de estiagem mais inclemente, mesmo nos períodos mais críticos em que nós passamos neste instante, estando o fenômeno das secas muito mais ligado à irregularidade dessas precipitações, no espaço e

no tempo, do que à ausência de chuvas. Caem, no Nordeste, anualmente, cerca de 920 bilhões de metros cúbicos de água. O que acontece é que, além da freqüente irregularidade das precipitações, 70% desse volume d'água são perdidos pela evapotranspiração, pelo escoamento para o mar e pela infiltração.

O aproveitamento desses recursos, contudo, deve observar cuidados especiais, sob pena de revelar-se totalmente inócuo.

#### **Dádiva da natureza**

A propósito, o Professor Eneas Salati, que é do Centro Nacional de Energia Nuclear de São Paulo, conforme publica o jornalista Ernani Regis no **Diário de Pernambuco**, chama a atenção para a necessidade de utilizar-se corretamente a água, com seu conhecimento técnico e estudo feitos no reputado Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA), de São Paulo, lembra, por exemplo, que "o perigoso uso abusivo de formação de açudes fatalmente levará a um nível exagerado de salinidade. Isso porque os sais, acrescenta ele, no processo de acumulação ficam retidos, pois não há escoamento das águas superficiais".

Ademais, acrescenta ele: "os estudos do CENA mostram que a construção de açudes não está resolvendo nem irá solucionar o problema da seca, pois ainda que, se armazenando toda água disponível, somente dois por cento da área do Polígono da Seca poderão ser irrigadas na melhor das hipóteses".

O Nordeste dispõe, ainda, de toda a imensa riqueza hídrica do rio São Francisco que, volumoso e exuberante, irriga o coração do semi-árido nordestino, como uma dádiva da natureza, esperando, apenas, o esforço do homem, para que ele penetre nas artérias do Nordeste, dando nova e promissora vida à região.

*O Sr. Gabriel Hermes — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?*

O SR. MARCO MACIEL— Pois não, ouço V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer, meu caro Senador Gabriel Hermes.

*O Sr. Gabriel Hermes — Quando vejo V. Ex<sup>a</sup> falando na importância da água lembro um capítulo de um livro que escrevi em 1952, quando voltava dos Estados Unidos e fiquei durante 20 dias abismado com o Tennessee — "A água no nosso futuro" — Vejo agora — isto vai ser assunto possivelmente de discurso meu, de protesto, em que espero — tenho certeza que terei o apoio de todos os homens do Pará, sobretudo do Pará, do Mato Grosso, do Maranhão, de Goiás quando vejo um rio, ou dois rios irmãos, que são talvez os mais ricos do Brasil: o Tocantins e o Araguaia, sendo fechados por uma autêntica falta de compreensão e até de bom senso dos nossos administradores, que fazem uma barragem de 70 metros, estão agora na iminência de ter que fechar no próximo ano, pois não ficarão prontas as eclusas, apenas a cabeça de montante, porque lutamos muito para que esta, pelo menos, fosse construída, mas ficará o rio fechado. Vão ficar milhares de famílias que vivem, que dependem do transporte, depen-*

dem até do peixe, dependem de tudo desses rios, sem essa estrada que Deus colocou no seu caminho. E Sr. Senador, vão ficar por longo tempo, porque nem sequer a previsão foi feita de uma transposição, quando se fecha o rio com uma barragem de 70 metros, formando um lago com cerca de 300 km. Veja V. Ex<sup>a</sup> como precisamos falar desse problema de água, o qual será assunto, possivelmente segunda ou terça-feira, que eu trarei para o Plenário e espero contar, então com o apoio, se Deus quiser, dos meus companheiros. Foi um assunto que movimentou todas as classes, não só o empresariado, como o povo do meu Estado. Estamos esperando a chegada do Presidente da República, para mostrar a S. Ex<sup>a</sup> que não se pode fechar um rio contra a legislação, contra o bom senso, e sem o respeito à natureza. V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem, e eu o felicito, ao falar neste assunto.

O SR. MARCO MACIEL — Meu caro Senador Gabriel Hermes, eu quero agradecer o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e, de fato, concordando com a sua opinião, dizer que o Brasil não tem sabido, ao longo de sua História, aproveitar as suas águas interiores que têm, a meu ver, um múltiplo aproveitamento. Primeiro, porque servem para aproveitamento hidrelétrico, e, em segundo lugar, porque servem para irrigação e em terceiro lugar, como lembra acertadamente V. Ex<sup>a</sup>, porque servem como estradas.

Se não estou equivocado, é de Euclides da Cunha a afirmação de que essas vias navegáveis interiores são caminhos que andam. Nós, no Brasil, que temos bacias hidrográficas tão expressivas como a Bacia Amazônica, a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu ainda há pouco...

*O Sr. Gabriel Hermes* — A frase "Caminhos que andam", primeiro foi de Platão, depois de um paraense ilustre que se chamava Raimundo Morais, num de seus livros.

O SR. MARCO MACIEL — Agradeço a contribuição de V. Ex<sup>a</sup>

Em verdade, além da Bacia Amazônica, nós temos a Bacia Platina, temos a Bacia do São Francisco. E vejo que a do São Francisco, hoje, sem nenhuma intervenção maior, tem navegável quase 1.400 Km, e ainda sem contar as chamadas bacias secundárias. O fato é que, apesar do enorme território que possuímos, o Brasil, praticamente, não usa a navegação interior. Isso é tanto mais grave, sobretudo, quando nós observamos o que tem sido feito em outros países do Mundo. Países, talvez, que não tenham chegado ao estágio de desenvolvimento a que chegou o nosso, já utilizam bem mais a navegação interior. É bem mais grave este quadro se nós olharmos a utilização dessas águas sob o ponto de vista de irrigação. Aí é que nós podemos verificar como nós estamos atrasados no aproveitamento dessas águas. Eu não comparo o Brasil, neste ponto, com os países mais desenvolvidos, com os Estados Unidos, com os países da Europa

Ocidental, mas com países da Ásia, com países de menor nível de desenvolvimento relativo do que o nosso e que utilizam essas águas interiores de forma bem mais adequada para fins agropecuários.

*O Sr. Gabriel Hermes — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> outro aparte?*

O SR. MARCO MACIEL — Pois não.

*O Sr. Gabriel Hermes — Quando visitei pela segunda vez a China, e eu tive a felicidade de poder percorrer quase metade daquele imenso país, sem ser acusado de comunista, porque sendo empresário, procurava apenas na China aquilo que nós devemos vender e comprar, porque nós devemos comprar e vender a quem nos comprar e vender melhor, e em comércio não existe, felizmente, ou infelizmente, pátria, não existe patriotismo, existem interesses, devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que fui surpreendido por um fato. Eu tive oportunidade de visitar e conversar, inclusive, com o Sr. Mao-Tsé-Tung. Isso está narrado num livro que estou querendo publicar, "O Mundo Proibido". Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que me surpreendeu o livro que ele me ofereceu quando eu falei em água. Enfim, esse homem, que era um poeta, quando assumiu o governo, do seu país, na China, todos os anos, morriam milhares de pessoas vitimadas pelas inundações dos seus rios, e a sua primeira preocupação foi disciplinar todos os pequenos e grandes rios daquele país: deles ele tirou energia, transformou-os em estradas, e as mais baratas são as estradas de águas, e fez irrigação. Verificamos que a China, com os seus 1 bilhão e 100 milhões de habitantes, não tem tido os problemas que têm tido os pequenos países, e até o nosso, na grande região do Nordeste, tão populosa, com a fome. É a terra irrigada, na China, pelos rios, com o aproveitamento inicial para fazer essas eclusas, para fazer essas represas, esses caminhos de água para irrigação; e, inicialmente nem com máquinas isso foi feito, pois aproveitaram o trabalho humano, à mão, de maneira inteligente. Eu vi o que é o aproveitamento da água no país mais populoso do mundo e fico, às vezes, pensando e pergunto agora a este nordestino inteligente que é V. Ex<sup>a</sup>: o que é que V. Ex<sup>as</sup> estão esperando para fazer um plano para se aproveitar e levar água do Tocantins, do Araguaia, do São Francisco, para as populações do Nordeste?*

### **Utilização predatória**

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador Gabriel Hermes, gostaria de responder o seu aparte fazendo duas colocações. Com relação às eclusas de Tukurú, eu me conservo numa atitude muito otimista. Li nos jornais a movimentação que a classe política paraense está fazendo no sentido de definir, o mais rapidamente a sua construção, e estou certo de que isso, ao final, será uma vitória que V. Ex<sup>as</sup> obterão.

Recordo-me de que quando se iniciou a Barragem de Sobradinho, ela tinha, no início, uma única finalidade, a regularização plurianual do rio, para

que se assegurassem descargas constantes para o sistema Paulo Afonso. Posteriormente, viu-se que o problema do Nordeste não era apenas energia, que, ao lado disso, tínhamos que pensar em tomadas de água para irrigação e eclusas, para assegurar uma perfeita navegabilidade do rio São Francisco, e o projeto, mesmo com a obra iniciada, foi alterado, e conseguimos colocar as tomadas d'água para hoje servirem de apoio para o chamado Projeto de Irrigação Mas-sangano, que está sendo executado pela CODEVASF, e de eclusas necessárias para que o rio ficasse navegável também na parte submédio. Hoje já podemos dizer que o rio São Francisco, de Pirapora a Petrolina e Juazeiro, está com razoável navegabilidade. Não é melhor a sua situação ainda porque faltam providências complementares, melhor estrutura portuária, melhor balizamento, embarcações apropriadas, mas, em tese, o rio já se encontra em boas condições de navegabilidade.

A mesma coisa espero que venha a ocorrer em Tucuruí e diria mesmo que não entendo aquela obra sem as eclusas. Não se poderá perder uma oportunidade tão importante, sobretudo, quando se fala que precisamos crescentemente integrar as diferentes regiões do País.

Espero que isso venha a ocorrer, porque, infelizmente, os nossos recursos hídricos até hoje têm sido deficientemente utilizados. E o que é mais grave: essa utilização tem sido quase sempre predatória, quer pela dizimação dos seus recursos, da sua fauna, quer mesmo na poluição das suas águas.

Em segundo lugar, diria que é necessário, que assumamos uma atitude mais positiva com relação ao assunto, que tratemos essas águas, inclusive essas águas interiores, de forma mais correta, vendo a sua múltipla finalidade e a sua enorme significação para o progresso do País.

*A Sra. Iris Célia* — Permite V.Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço V.Exª, nobre Senadora Iris Célia.

*A Sra. Iris Célia* — Sempre estou atenta ao brilhantismo de V. Exª

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado a V.Exª.

*A Sra. Iris Célia* — ...e à capacidade com que coloca os problemas nacionais e as soluções que vêm de sua própria capacidade singular. Hoje, V.Exª traz um aspecto muito importante e muito sério para mim, particularmente. V.Exª, há tempos, defende a tese da regionalização e da integração, da integração de baixo para cima, de uma integração que surja das diversas regiões. E, ontem, eu falava para este plenário vazio, ao fim da tarde, embora soubesse que os meus companheiros estavam em seus gabinetes ou em seus afazeres, quando o Acre comemorava 80 anos que, através do Tratado de Petrópolis, oficializou e consolidou a sua integração ao Brasil e, ainda hoje, continua isolado. Não sabemos que integração pode ter sido a do Tratado de Petrópolis, há 80 anos, porque, ainda hoje, estamos à mercê, para ligarmos a Capital, Rio Branco, ao resto do País, necessitamos de aviões de grande porte com passagens caríssimas. E os

municípios interioranos extremamente isolados, quando temos uma rede hidrográfica que sempre permitiu a integração e o encontro de todos os acreanos com os demais brasileiros e, através dela, é que se deu a grande revolução: o caminho da integração com o Nordeste. V. Ex<sup>a</sup> tem razão; quiçá a vossa voz seja ouvida e o Norte ficará a dever, notadamente o Acre, a V. Ex<sup>a</sup> esse benefício de levantar essa bandeira, de lembrar, mostrar e apresentar ao Brasil essa idéia de integração. Os acreanos ser-lhe-ão eternamente gratos, no dia que puderem, mesmo de embarcação, chegar ao resto do Brasil e se encontrar com os demais brasileiros.

O SR. MARCO MACIEL — Cara Senadora Iris Célia, quero — agradecendo muito sensibilizado as palavras desvaneedoras com que me cumoulou V. Ex<sup>a</sup> — dizer que, recentemente, li nos jornais, entrecrocados e estarecidos, notícias de que a capital do seu Estado se encontrava impossibilitada de receber combustíveis, face à deficiência do transporte por vias navegáveis interiores. E eu fiquei surpreendido porque, como se sabe, naquela região estão rios caudalosos e que, com um simples tratamento, nós poderíamos utilizá-los, ano todo, todo ano. Por isso considero importante que o País se volte, também, para uma correta política de utilização dos seus recursos hídricos, inclusive do aproveitamento dos seus rios para a navegação interior. É muito diminuta, como dizia há pouco, a sua utilização ainda, e certamente que uma política bem concertada a esse respeito traria inúmeros benefícios para todo o País, de modo especial para o seu Estado e para a região Norte.

Mas espero que essa consciência vá tomando todo País, de sorte que, muito breve, possamos efetivamente dotar o País de uma política que venha melhor olhar os seus recursos hídricos, para melhor aproveitar os seus rios e aproveitá-los em mais variados e diversos aspectos.

*O Sr. João Lobo* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço, com muito prazer o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

*O Sr. João Lobo* — Nobre Senador Marco Maciel, eu prometo não interromper mais o brilhante discurso de V. Ex<sup>a</sup>

O SR. MARCO MACIEL — V. Ex<sup>a</sup> traz sempre uma boa contribuição.

*O Sr. João Lobo* — V. Ex<sup>a</sup> é um homem tão importante para nós, nordestinos, que quando aborda certos problemas tipicamente nordestinos, tipicamente regionais, como V. Ex<sup>a</sup>, sabe fazer, que nós não podemos nos furtar a comentar alguns pontos dos pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup>, principalmente porque V. Ex<sup>a</sup> põe em debate assuntos vitais para a nossa região. V. Ex<sup>a</sup> é, talvez, neste momento, a voz que tem a capacidade de expor esses problemas para o debate. É isso que nos interessa, é isso que é importante na hora presente. As conceituações mudam, Senador Marco Maciel. V. Ex<sup>a</sup> foi Governador do Estado de Pernambuco e sabe como varia de ano para ano, de década para década, a conceituação do uso das águas, dos rios, etc. Cito V. Ex<sup>a</sup> um exemplo que tivemos

em nossa região, quando se fez a Barragem da Boa Esperança. A Barragem de Boa Esperança foi construída no rio Parnaíba, um rio que passa na minha cidade de Floriano, no Estado do Piauí; é o divisor natural dos Estados do Maranhão e Piauí. Tinha 1.250 quilômetros navegáveis. Pelo rio Parnaíba foi que se fez a penetração, usando-se a tradicional estrada do sal, porque o sal que vinha do mar, de Amaração, de Tutóia, de Luís Corrêa, subia o rio Parnaíba ao longo de todo o Estado do Piauí e do Maranhão até Goiás, e esse sal servia para salinar o gado, tão abundante em todas aquelas regiões. Pois bem, era Superintendente da SUDENE o eminente Celso Furtado, que se opôs frontalmente à construção da Barragem de Boa Esperança. Celso Furtado desaconselhou, usando todos os dogmas da economia, a construção daquela barragem. “Ela seria apenas lamparina de pobres” — era a expressão usada pelo eminente economista Celso Furtado. Não havia indústria que absorvesse aquele potencial energético da Boa Esperança. Não havia solicitação na sua cidade. Toda aquela energia ia ficar ociosa e, principalmente, dizia o economista Celso Furtado: “Haveria a esterilização de todas as terras à jusante da Barragem da Boa Esperança, toda terra abaixo da barragem, à semelhança do que aconteceu em Assuã, no Nilo, ficaria esterilizada, imprestável para a agricultura. Ora, nós estamos postos entre os seguintes lemas: as terras para baixo da barragem ficariam esterilizadas porque não teriam mais o *humus* que o rio transportava normalmente todo o ano. E, as terras, acima da barragem, à montante da barragem, iriam ficar inundadas, todas as terras boas iriam ficar inundadas pela formação do lago que teve mais de 150 Km de amplitude. Quer dizer, era um desastre, sem levar em consideração a interrupção do curso do rio Parnaíba, exatamente na sua parte média. Pois bem, uma decisão política do eminente Mal. Castello Branco tornou irreversível aquela obra e, V. Ex<sup>a</sup> sabe o que adveio para aquela nossa região com a construção da Barragem da Boa Esperança, hoje, interligada com a CHESF, com Paulo Afonso, com Sobradinho e se preparando para interligar com Tucuruí já lançando as suas redes de transmissão de energia fazendo uma ligação total em todo o Nordeste e, depois, para o Brasil. Mas a verdade Sr. Presidente Marco Maciel, é que nós não sabemos fazer uso de água nenhuma, e ainda não sabemos — no Nordeste só usamos água para beber, e olhe lá, e água da chuva que molha as nossas precárias plantações. É esta a situação em quase todo o Nordeste. O rio Parnaíba teve o seu curso interrompido, a navegação acabou-se; as terras abaixo da barragem da Boa Esperança, porque não tinham mais o *humus* que o rio trazia, anualmente nas suas cheias, ficaram apenas arenosas, imprestáveis para aquela primária agricultura de vazante que o rio usava; as terras para acima da barragem foram todas inundadas, transformando aquela região num lago, restaram apenas as chapadas altas, estéreis e imprestáveis para a agricultura. Estávamos pois reduzidos às lamparinas de pobre — havia muita energia no nosso Estado, energia sobrando. Todas as cidades foram iluminadas, todas as casas acenderam as suas luzes, mas produtividade zero, não se aproveitou nada. Até o peixe que havia no rio



Parnaíba e que era a alimentação mais abundante naquela região desapareceu, porque interrompido o regime de reprodução dos peixes eles se acabam, desaparecem. É uma coisa impressionante como o rio Parnaíba, antes, ficou totalmente sem peixes. Agora, 15 anos depois construída a Barragem de Boa Esperança, começa-se a falar nas eclusas do rio Parnaíba. Não sei se valerá a pena a construção. Todo o sistema de comunicação já foi mudado, já foi desviado. As cidades ribeirinhas desapareceram todas, ou foram construídas estradas de rodagem. O Brasil tem a psicose do motor à explosão. O Brasil só gosta do transporte rodoviário, não gosta do transporte ferroviário, fluvial, nem mesmo marítimo. O nosso País tem uma vocação, uma queda pelo transporte rodoviário. Então, todas aquelas cidades completaram a sua rede, sua malha viária. Não sei o que está acontecendo em Tucuruí, não sei o que vai acontecer em Sobradinho, mas é preciso que se faça isso que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo: pôr esses assuntos exaustivamente em debate. É imprescindível que nós discutamos esses assuntos. Que o rio São Francisco tenha água suficiente, ou não, para a irrigação de suas terras, é matéria de debate. Ninguém tem dados corretos acerca do assunto. Que se possa transpor o rio São Francisco para o semi-árido Nordeste, também é matéria de debate, como também a transposição dos rios São Francisco, Parnaíba, Tocantins, Itaipuru, enfim de todos os mananciais caudalosos do Norte daquela região, que tem água em abundância. Tudo isso é matéria de debate é matéria desconhecida. Se homens como V. Ex<sup>a</sup> não suscitarem o problema, não exigirem que esses problemas sejam discutidos, que sejam feitas afirmativas mesmo inverídicas, mesmo sem base científica, para que elas sejam contestadas pela realidade. Se não fizermos assim, não haverá nenhuma esperança para a nossa região nordestina. Por isso é que nós temos e depositamos grande esperança em V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> deve, continuamente, insistentemente, pôr em debate os problemas que, possivelmente, resolverão a situação do Nordeste brasileiro. Muito obrigado pela paciência e prometo não interromper mais o brilhante discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

### Corrigindo os erros

O SR. MARCO MACIEL — Agradeço as observações que V. Ex<sup>a</sup> vem de fazer. V. Ex<sup>a</sup> suscitou oportuna e apropriadamente, uma série de questões que merecem a análise e a discussão. Inicialmente, gostaria de afirmar que, graças a Deus, em Sobradinho alguns erros verificados em experiências anteriores não foram repetidos, porque ainda a tempo foram adotadas as providências relativas à construção das eclusas e as tomadas d'água para irrigação. Por outro lado, também, em Sobradinho se teve o cuidado de evitar que a construção daquele enorme lago artificial não viesse a transformar substancialmente as condições ambientais que levassem ao desaparecimento da fauna. E hoje, posso dizer que graças a Sobradinho nós temos uma bem desenvolvida piscicultura na-

queia região do submédio do São Francisco. Piscicultura que já está contribuindo para gerar emprego e renda para um sem número de pessoas e que, também, já contribui para suprir, pelo menos em parte, as carências alimentares da gente sertaneja. Como se sabe, a alimentação à base de peixe tem, inclusive, a grande virtude de ser rica em proteínas e isso, naturalmente, é importante numa região que se alimenta deficientemente.

Quero crer que nós, a partir dessas experiências possamos ir corrigindo erros que cometemos, ao longo dos tempos. E espero que, cada vez mais, haja uma exata consciência dos nossos recursos naturais, porque a falta dessa consciência é que tem levado, muitas vezes, a erros como os que V. Ex.<sup>a</sup> apontou ou, o que é mais grave, a utilização predatória dos nossos próprios recursos. Por isso, insisto na necessidade para que se ateste a importância que tem os nossos rios, sobretudo nas regiões carentes de água, como é o caso do Nordeste, que pode realmente se transformar desde que não lhe falte a água, esse insumo indispensável à transformação social e econômica da área.

Prossigo, Sr. Presidente:

Convém, ademais, salientar que uma política global de recursos hídricos para o País não pode descuidar-se da preservação dos recursos florestais e do reflorestamento.

O sistema hidrográfico brasileiro, com seus gigantescos rios — agrupados na Bacia Amazônica, Bacia Platina, Bacia do São Francisco e Bacias Secundárias — consigna a grande importância de uma política de recursos hídricos que seja capaz de canalizar, para o desenvolvimento nacional, esse imenso manancial de riqueza, de força e de vida, com que nos privilegiou a natureza.

Entre as suas múltiplas utilizações, três sobressaem, como vetores de imenso impacto no desenvolvimento do País: a geração de energia, a navegação interior e a irrigação do solo.

Conquanto, no que diz respeito à energia hidráulica, nossos rios já tenham prestado, como prestam cada vez mais, uma enorme contribuição ao nosso desenvolvimento, principalmente no setor da geração de energia elétrica, sua capacidade de utilização está bem longe de esgotar-se. É que, pelas características geomorfológicas de nosso território, predominam, de maneira marcante, os rios de planalto, de cursos rápidos que favorecem o aproveitamento da energia hidráulica, quer pela utilização das próprias quedas d'água, quer pela construção de grandes represas, capazes de alimentar usinas hidrelétricas.

Recente balanço feito pelo Ministério das Minas e Energia demonstra ser possível gerar, a partir do aproveitamento hidráulico, quase 200 milhões de kilowatts, dos quais a grande maioria advirão dos rios da Bacia Amazônica.

Mas, se a utilização de nossos rios, embora longe de esgotar a sua capacidade, já nos coloca, em lugar de destaque, no mundo, no que diz respeito ao

aproveitamento da energia hidráulica, o mesmo não se pode dizer com referência a sua utilização, como meio de transporte e como fonte de irrigação.

Já se chamou a atenção para o fato de que “nosso País poderá dispor de um dos melhores sistemas de navegação interior do mundo, se aproveitarmos racionalmente os recursos existentes em nosso território”.

É estranho que, tendo o nosso povoamento sido feito, nos tempos da colônia, por hidrovias, ao longo das quais, em todas as direções, nasceram muitas de nossas cidades e tendo sido as hidrovias, durante séculos, fatores importantes do nosso comércio e do nosso desenvolvimento, em geral, nunca se tenha criado, no Brasil, uma consciência da necessidade de desenvolver-se a navegação interior.

Isso é tanto mais estranho, quanto se sabe que países desenvolvidos, dotados de excelentes redes rodoviárias e ferroviárias, têm dado atenção especial a seus sistemas hidrovários.

Na realidade, não se pretende que a navegação interior concorra com a rodovia ou a ferrovia. Ela é complementar a essas modalidades de transporte, não só no sentido de sua utilização onde são deficientes ou mesmo inexistentes a rodovia e a ferrovia, mas também porque serve, de maneira mais adequada, ao transporte maciço de cargas. É ainda uma opção, em muitos casos, de barateamento dos custos dos transportes.

A hidrovia ajuda, por outro lado, a interiorização industrial e a viabilização da exploração de muitos recursos, que ainda se escondem em regiões deste grande País, quase inacessíveis por transporte ferroviário ou rodoviário.

Por conseguinte, urge que se adote, no Brasil, como parte de uma política global de aproveitamento de nossos recursos hídricos, uma política de navegação interior que, mesmo isoladamente, nunca existiu.

Reconhecidamente, o Brasil usa muito deficientemente os seus “caminhos que andam”, malgrado “buscar-se fortalecer o papel das hidrovias do País”, segundo assevera o Ministro Cloraldino Severo, ao afirmar ter crescido, “no período 1977-82, em 10,6 a.a. o transporte nas vias interiores”.

### **Irrigação rudimentar**

Uma terceira e importante utilização de nossos recursos hídricos diz respeito à irrigação, a qual se encontra ainda, entre nós, em fase bastante rudimentar. Essa utilização merece um destaque especial para a região do polígono das secas. Representa, a nosso ver, a única opção realmente válida e decisiva para vencer o seu subdesenvolvimento crônico e integrar-se definitivamente ao ritmo do desenvolvimento nacional. O drama secular de milhões e milhões de brasileiros que vivem nos sertões, ao lado da própria exigência do desenvolvimento harmônico do País, nos dá a certeza de que se uma política de irrigação não

pode ficar circunscrita apenas ao Nordeste, tem, no entanto, para essa região, uma prioridade absoluta e indiscutível.

O Brasil, na realidade, apesar de ostentar em seu território importantes bacias hidrográficas, infelizmente, ainda pouco se vale das águas dos rios, tanto para navegação interior, quanto para fins agropecuários.

Lembre-se, como cânone, que dos três maiores rios do mundo que cortam regiões secas, áridas — o Nilo, o São Francisco e o Colorado — é, indubitavelmente, o nosso “Velho Chico” o menos aproveitado. E que, acrescente-se, em nosso amplo território a área irrigada é insignificante, mesmo se cotejada com outros países de menor extensão — México, Israel — ou de mais reduzido nível de desenvolvimento relativo — Índia, Paquistão, por exemplo.

É verdade que algo já se fez no Sul ou mesmo no Sudeste, mas, inquestionavelmente, são pouco significativos os projetos implantados no Centro-Oeste e no Nordeste, que também possuem vastas porções aproveitáveis para uma agricultura racionalmente praticada.

Não há dúvida que é o Nordeste, entre todas as regiões do Brasil, especificamente seu semi-árido, a que está a exigir uma corajosa e agressiva política de irrigação.

Não pode uma região, onde vive um terço da população do País, continuar presa do subdesenvolvimento e mergulhada na pobreza, só porque ainda não se foi capaz de dar aos seus recursos hídricos uma adequada valorização e um racional aproveitamento.

Sem prejuízo de medidas até hoje adotadas para o semi-árido nordestino — como captação de águas pluviais, abertura de poços profundos e de poços artesianos, construção de açudes e de barreiros a nível de propriedades, entre outras —, a solução para o problema do polígono das secas e, conseqüentemente, para o Nordeste, está em arrojados projetos de desvio das águas do São Francisco — e mesmo de outras bacias — para perenizar importantes rios da região, utilizando suas águas na irrigação das terras do semi-árido. Só a irrigação pode resolver o problema da valorização das terras do polígono das secas, tornando-as produtivas, de maneira permanente, superando, em grande parte e em caráter definitivo, o desafio nordestino.

Ao assumir o Governo de Pernambuco voltei atenções do Governo — mobilizando para esse fim os Secretários de Planejamento, Fazenda, Saneamento, Obras e Meio Ambiente, Agricultura e Transportes, Energia e Comunicações — com o objetivo de enfrentar e vencer o desafio que representa a região adusta das nossas terras áridas e semi-áridas.

### **Nova Paisagem**

A proposta que desenvolvemos, consubstanciada no que se denominou de “Projeto Asa Branca” — que vem tendo continuidade no Governo Roberto

Magalhães Melo —, tem por finalidade transformar a paisagem do sertão e do agreste, através de intervenções voltadas para o aproveitamento de recursos hídricos, eletrificação rural e estradas — sobretudo vicinais. Ao lado disso, o projeto se preocupa também com introdução de novas técnicas de manejo agrícola e pecuário fomentando novas culturas ou estimulando as existentes, através da expansão rural, da distribuição de sementes selecionadas, crédito apropriado, armazenagem e comercialização.

O “Projeto Asa Branca” tem propiciado a construção de barragens de grande porte ou “barragens-mães”, seguidas de barragens de pequeno porte ou “barragens-sucessivas”, ao longo do leito dos rios secos do Sertão, no sentido de perenizá-los pelo armazenamento d’água, no período chuvoso, e possibilitar assim uma política de irrigação.

Tenho a satisfação de dizer que, mesmo em pouco tempo, os resultados foram promissores, beneficiando hoje parte da população sertaneja do meu Estado.

Entretanto, a política estadual de perenização dos rios e irrigação do semi-árido tem objetivos mais ambiciosos. O Projeto Asa Branca, que prevê o armazenamento d’água, a partir das precipitações pluviométricas, passou a examinar, com a ajuda do Governo Federal, a possibilidade de aproveitamento hídrico do São Francisco, no sentido de levar suas águas, por meio de estações elevatórias, aos rios do semi-árido pernambucano.

Com efeito, em novembro de 1980, através da Secretaria de Saneamento, Obras e Meio Ambiente, o Governo de Pernambuco contratou os estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira do projeto que atendia a uma velha aspiração sertaneja.

Em linhas gerais, tratava-se da construção de uma captação d’água no lago da barragem de Sobradinho, implantar elevatórias na fronteira Pernambuco-Bahia e, através de canais, túneis, aquedutos; barragens de nível e de regularização de descargas, perenizar uma grande parcela das bacias dos rios Pontal, Garças, São Pedro, Brígida e Terra Nova, eliminando praticamente os efeitos calamitosos das secas em quase toda a área do extremo oeste do Estado de Pernambuco, incorporando-a, efetiva e definitivamente, à economia do Estado.

Esses estudos centraram-se na análise das potencialidades regionais, do capital social básico existente e da produção econômica local, que permitiria a definição dos recursos de solos e de água disponíveis na área, bem como a determinação da vazão média requerida pelo sistema adutor, os custos e as culturas recomendáveis.

Estudos de engenharia foram realizados e as obras iniciadas, a partir do denominado Sistema Adutor Sobradinho/Terra Nova, que propiciaria escoar, por canal adutor, águas do São Francisco, desde a Barragem de Sobradinho até

o rio Terra Nova, no Sertão Central Pernambucano. O canal começou a ser aberto.

A idéia, registre-se, nos ocorreu em um instante grave: a catastrófica enchente do rio São Francisco em princípios de 1979 fez reacender em Pernambuco, a secular aspiração do sertanejo de utilizar uma parcela das águas do "rio da integração nacional" para a perenização dos rios secos do Nordeste.

É que, naquele ano, sob o impacto de grandes inundações, a população de todas as cidades ribeirinhas viam, em um cruel contraste, os irmãos sertanejos vizinhos assolados por uma inclemente seca.

Cumprir destacar que a dolorosa convivência, entre a seca no sertão e enchente no São Francisco, paradoxalmente se repetiu nos anos subseqüentes, de modo que foram montados esquemas com a finalidade de limitar as descargas, a jusante do Lago de Sobradinho, a um valor máximo de 8.000 metros cúbicos por segundo, capacidade limite da calha do rio, enquanto o Nordeste se defrontava, e o quadro ainda persiste, com um dos mais longos e dramáticos períodos de seca.

Acresce salientar que todo sistema de geração de energia da CHESF, compreendendo as hidrelétricas de Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Xingó e, futuramente Ibó e Orocó, foi estudado ou projetado com base em descarga regularizada de 2.050m<sup>3</sup>/seg, a jusante de Sobradinho.

Além disso, conquanto a descarga média anual do rio São Francisco se situe em torno de 90 bilhões de metros cúbicos por ano, a geração de energia demanda uma descarga de apenas 65 bilhões m<sup>3</sup>/ano.

Desse modo, se convenientemente regularizada, a montante de Sobradinho, a descarga do São Francisco poderá produzir um excedente de 25 bilhões de m<sup>3</sup>/ano, suficiente à perenização dos principais rios sertanejos, tais como: os afluentes do Parnaíba, Gurguéia, Canindé e Piauí, no Estado do Piauí; o Pontal, o Garças, o São Pedro, o Brigida, o Terra Nova e parte do Pajeú, em Pernambuco; o Salgado, o Jaguaribe, o Banabuiú, o Cariús, o Pirangi, o Choró e o Pacoti, no Ceará; o Açu-Piranhas, na Paraíba e Rio Grande do Norte e, finalmente, o Apodi, no Rio Grande do Norte.

### **Ação eficaz**

**Senhor Presidente, Senhores Senadores:**

Essa proposta foi, logo a seguir, incorporada e ampliada pelo Ministério do Interior, que recomendou estudos semelhantes ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, voltados, entretanto, para uma abrangência bem maior, qual seja a regularização de rios em quase todo o Nordeste — Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

A ação articulada do Ministério do Interior e do Governo de Pernambuco revelou-se bastante eficaz, promovendo indispensáveis ajustes e correções.

O DNOS, preocupado em reduzir custos de transposição para os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, deslocou sua idéia de captação para o Município de Cabrobó a menos de 100km da fronteira Pernambuco—Ceará.

Na concepção inicial, com a captação em Sobradinho, para chegar ao Ceará, as águas teriam que percorrer cerca de 400km.

Pernambuco, pelas mesmas razões econômicas, também alterou sua idéia inicial, reduzindo o canal em mais de 200km e levando-o, apenas, até ao açude Entremontes, na bacia do São Pedro, porque verificou-se, ser mais fácil e menos dispendioso, alimentar a regularização do Terra Nova e do Brígida, a partir do projeto do DNOS.

Desse modo, o novo projeto passou a admitir quatro captações distintas: em Cabrobó, visando à regularização dos rios Terra Nova, Brígida e Pajeú, em Pernambuco, e todo os sistemas localizados no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte; em Casa Nova, visando à regularização das bacias dos rios Pontal, Garças e São Pedro, em Pernambuco; em Santa Rita de Cássia, visando à regularização do rio Gurguéia, no Piauí, e no riacho Algodão, visando à regularização dos rios Piauí e Canindé, no Piauí.

Uma vez implantado o projeto, com todos os rios perenizados e todos os perímetros de irrigação em pleno funcionamento, seriam consumidos, apenas 15 bilhões de m<sup>3</sup>/ano (valor inferior ao excedente médio do São Francisco) ao mesmo tempo que cerca de 800.000 ha seriam incorporados à economia da região, justamente no epicentro da área de seca, em atividade permanente, gerando riquezas, solucionando os graves e crônicos problemas sócio-econômicos daquela população.

Paralelamente, seriam resolvidos problemas de abastecimento de água às populações urbanas e rurais, dessedentação de animais e consumo industrial com, apenas, 4 a 5% do volume total desviado.

O esforço empreendido, durante a minha gestão, à frente do governo de Pernambuco, conjugado com estudos desenvolvidos pelo Ministério do Interior, estimula-nos a acreditar, com satisfação e com redobrado sentimento de esperança, no encaminhamento de uma solução ainda maior para o Nordeste, a partir do aproveitamento, em grande escala, dos excedentes hídricos do São Francisco e, possivelmente, do rio Tocantins.

Aliás, proposta, nesse sentido, foi apresentada pelo Ministro Mário Andrezza em reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE e sua execução está sendo objeto de exame pelas autoridades econômicas do Governo Federal.

Esse importante projeto, cuja idéia remonta aos tempos do Império, não é mais um mero sonho e já superou, em face dos estudos de viabilidade técnica e

econômica, a fase em que era posto, por muitos, no domínio das realizações utópicas. O "rio da unidade nacional" pode realmente transformar-se em "rio da integração nacional", quando suas águas penetrarem nas artérias secas do semi-árido nordestino, estimulando, no corpo da região, um grande potencial de vida e integrando definitivamente o desenvolvimento nordestino ao desenvolvimento nacional. Os dados estão à vista. O problema está equacionado, à espera da vontade política para resolvê-lo.

O Projeto prevê a transposição dos excedentes hídricos do rio São Francisco para o semi-árido de quatro Estados: Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, podendo estender-se a outros três, a saber: Bahia, Alagoas e Sergipe.

A idéia começou a tomar corpo e a concretizar-se, desde que o Projeto Radambrasil identificou 1.600.000 hectares de terras irrigáveis de excelente qualidade, no semi-árido dos quatro Estados supracitados, nas bacias dos rios Brígida, Terra Nova, Pajeú, Jaguaribe, Piranhas e Apodi, perenizáveis pela transposição das águas do São Francisco. Note-se ainda que essa área de terras irrigáveis não é excludente, mas apenas significa que, por si só, já justifica o Projeto. Trata-se, em primeiro lugar, não apenas de terras irrigáveis, mas de terras de excelente qualidade. Em segundo lugar, é admitido que a área geral irrigável pode ser bem mais extensa.

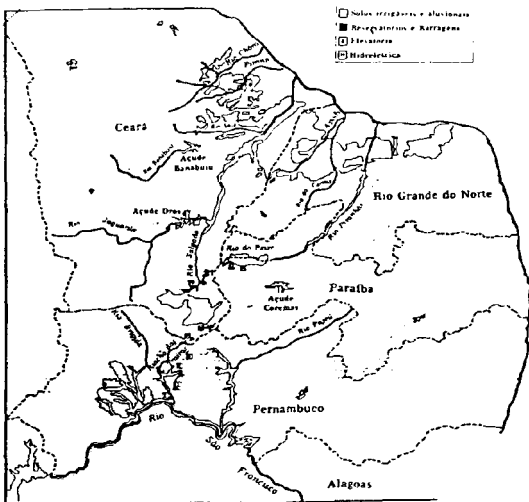
Isso com referência, apenas, às áreas estudadas das bacias mencionadas, nos quatro Estados, sem incluir, naturalmente, terras da Bahia, Alagoas e Sergipe, que também podem ser irrigadas, a partir do São Francisco e sem incluir ainda terras do Piauí, irrigáveis, a partir do Tocantins. Teríamos, assim, finalmente, num desdobramento de projetos, a irrigação penetrando em praticamente todo o semi-árido nordestino.

O projeto consiste em captar as águas do São Francisco, adiante da barragem de Sobradinho, perto do município pernambucano de Cabrobó, na divisa da Bahia e Pernambuco, iniciando-se, a seguir, a sua parte mais difícil, que é o bombeamento serra acima, para superar o divisor de águas e atingir a vertente do Jaguaribe, no Ceará, conhecido como o maior rio seco do Brasil, durante a estiagem.

Dada já a existência da barragem de Sobradinho, os custos serão grandemente reduzidos. Tais custos serão também minimizados, pelo fato de que as águas transportadas do São Francisco para o semi-árido correrão, em 90% de sua extensão, pelas calhas naturais dos rios nordestinos a serem perenizados.

Desse modo, dos 2.000 km que a água captada do São Francisco percorrerá, segundo o Projeto, apenas em 200 km, correrá, através de obras a serem construídas. O Projeto se completará por meio de canais transversais, a serem construídos, em etapas posteriores, ao longo dos rios perenizados.





Fonte: Projeto do Ministério do Interior - DNOS

### Custos razoáveis

Em face desses e de outros fatores, o custo total do Projeto, até sua realização final, está orçado em 2 bilhões de dólares, em prazo relativamente longo, uma quantia, certamente considerável, mas que é pequena, não apenas em face da transcendência do Projeto, mas, principalmente, à vista do retorno econômico e social para a Região e para o País, como um todo. De mais a mais, esses custos são pouco significativos, se comparados aos de vários grandes projetos nacionais, certamente também de grande importância, mas que não têm, como respaldo, nem a urgência, nem a exigência secular, nem a importância econômica, social e humana da redenção do Nordeste.

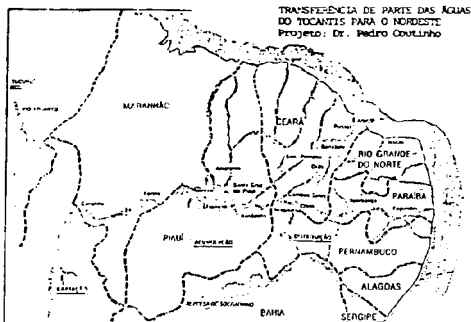
Embora o projeto total esteja previsto para um prazo que consideramos relativamente longo de 40 anos, seu retorno se iniciará bem antes. Assim é que, segundo está previsto, em apenas 4 anos, ao custo de 500 milhões de dólares, as águas do São Francisco já estarão correndo pelos principais rios do Nordeste. E pelo menos isso é inadiável.

A partir daí, o Projeto começará a tornar-se autofinanciável, pois dados macroeconômicos indicam que, num prazo de 10 anos, a partir do início das obras, as despesas com a primeira etapa estarão totalmente pagas. A essa altura, o Projeto apresentará uma rentabilidade muito superior a seus encargos, sendo capaz, na segunda e terceiras etapas, duas vezes maiores que a primeira, de assegurar-se o autofinanciamento das obras.

Apontando para a mesma solução, assinala-se a existência de um projeto elaborado pelo Engenheiro Amaury Alves de Menezes que defende o bombeamento de águas do São Francisco, a partir do trecho submédio do rio, à altura de Cabrobó, ademais de propor o empréstimo de águas da bacia do Tocantins.

Em seu trabalho "Perenização da bacia hidrográfica do Nordeste — solução das águas do rio São Francisco", diz entre outras coisas o Engenheiro Amaury Menezes: "Somam-se, portanto, dois fatores relevantes para viabilizar a umidificação do semi-árido nordestino: a) águas sobrantes do rio São Francisco e que não poderão ser acolhidas pelo reservatório de Sobradinho, dimensionado apenas para 36 km<sup>3</sup>; b) águas equivalentes aos 600 MW que, colocados à disposição do Sistema da CHESF pela interligação com a ELETRONORTE (Tucuruí e muitas outras), liberarão os previstos 300 m<sup>3</sup>/seg e muito mais, ao serem aproveitados os Sistemas Norte e Nordeste interligados. O fato novo é a "Interligação Norte-Nordeste", eletricamente já realizada pela LT Sobradinho-Tucuruí. O suporte econômico para a viabilização do processo que aliviará os nordestinos do flagelo da seca, é o bombeamento de águas do rio São Francisco que, além de ser o rio da integração nacional nordestina, será o da redenção de um importante reduto populacional".

Em 1959, o Engenheiro Pedro Coutinho igualmente preconizava o desvio de águas do São Francisco para a região árida do Nordeste, bem como a transposição parcial de águas do Tocantins.



Fonte: Publicação do "O Estado de São Paulo", pág. 22, edição de 25 de Setembro de 1983".

Embora, sem projeto detalhado, inclina-se na mesma direção, a proposta do Professor Élio Monnerat Solon de Pontes. Ele expôs, em artigo publicado no **Jornal do Brasil**, a sua idéia cujos trechos principais vão em seqüência:

"Deus... como brasileiro, segundo a inspiração poética não-lo insinua e sustenta, colocou as águas caudalosas do Tocantins numa altura expressiva, dominando as terras baixas do Nordeste tantas vezes esturricado, tantas vezes sofrido, tantas vezes palco do sacrifício pungente de seres humanos e de animais necessários à sobrevivência do homem.

A solução do problema é simples e ao mesmo tempo radical, importando, na verdade, em obras que poderão ser realizadas, sucessivamente, em cada etapa oferecendo uma antevisão esplêndida e animadora de um novo Nordeste, pelos seus frutos alentadores.

Ela consiste em promover um duplo sistema de barragens, túneis-canais e elevatórias capazes de distribuir permanentemente às regiões secas a água de que a mesma carece.

A capacitação se fará, caso a idéia seja adotada, à altura de 30 metros, perto, relativamente, de Carolina, proporcionando uma vantagem inicial ao próprio curso do Tocantins: permitirá a regularização da vazão deste, principalmente no período das secas, especialmente na fase atual em que sérios distúrbios pluviogenéticos acometem o território brasileiro.

Do início, necessário se fará, em diversas frentes de trabalho, construir um túnel relativamente pequeno — e ainda assim o maior do projeto — se comparado com as extraordinárias conseqüências: o que ligará Lageado a Balsas para, de imediato, como primeiro feito, aumentar a vazão do rio Parnaíba.

A primeira das duas barragens de acumulação previstas no plano localizar-se-á nas proximidades de Amarante a 57m de altura, constituindo-se em imenso lago interior.

A partir da bacia de acumulação de Amarante, dois sistemas complementarão o impressionante plano redentor de um pedaço tão grande do Brasil; um vai atingir as imediações da barragem, já existente, de Banabuiú, no Jaguaribe o outro através de linhas de recalque e de segmentos em canais, alimentará os reservatórios e açudes já semeados, na área, pela dedicação de tantos governos nacionais, há tantos decênios, desde o norte do Ceará até a Paraíba e o Rio Grande do Norte.”

### Terra da promessa

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a realização do Projeto do MINTER de transposição dos excedentes hídricos do São Francisco, que poderá ser completado, com idêntica providência em relação às águas do Tocantins para o Piauí, não estaremos nos arriscando em nenhuma aventura, nem estaremos pisando em terreno desconhecido. Experiências semelhantes de outros países estão aí a nos estimular com seus resultados. O Vale do Tennessee, nos Estados Unidos, e, entre outras, regiões da União Soviética, Israel e Egito estão aí a nos servir de exemplo, que nos anima com redobrado estímulo, vez que muitas dessas áreas têm condições climáticas e de solo mais precárias e precipitações pluviais mais baixas do que as do semi-árido nordestino.

Israel é um desses exemplos, o qual, por meio da irrigação, a partir do rio Jordão, transformou uma área inóspita em verdadeira terra da promessa. Seus laranjais, por exemplo, que hoje cobrem terras outrora mais áridas do que as do nosso polígono das secas, levaram os seus frutos para grandes mercados do mundo, sob a forma industrializada de suco.

Além desses projetos, já viabilizados e comprovadamente exitosos, cogitase agora de duas outras iniciativas de grande porte, revestindo-se de caráter certamente monumental.

A primeira — pensada há decênios — pretende usar águas do Mediterrâneo para beneficiar terras desérticas do Estado de Israel, cujos excedentes desaguariam no Mar Morto.

Diz, a respeito do projeto, recente matéria de *O Estado de S. Paulo*:

Vêm-se analisando há decênios a idéia de explorar a geomorfologia do que hoje é Israel, para beneficiar grande parte de suas terras desérticas com águas do Mediterrâneo, que iriam desaguar finalmente no mar Morto, movendo de passagem centrais hidrelétricas.

"As obras de engenharia que construirão a tomada de água do Mediterrâneo estarão localizadas perto de Qatif, 13 quilômetros ao norte da fronteira com o Sinai. A água bombeada será conduzida por um tubo através de sete quilômetros sob os campos cultivados da faixa de Gaza e desembocará num canal trapezoidal aberto de 22 quilômetros de comprimento por 25 metros de largura em sua parte superior. A água continuará logo por um túnel de 5,5 metros de diâmetro e de 80 quilômetros de extensão até uma planície a 400 metros de altura sobre a costa do Mar Morto.

A água do Mediterrâneo levará prosperidade ao deserto do Negv. será usada para o desenvolvimento de inúmeras indústrias, mas, especialmente para o turismo e para o cultivo em lagos artificiais de peixes de água salgada. Aliviar-se-ão, neste processo, as pressões econômicas e de população, que, atualmente, habitam a região central superpovoada do país.

A água do Mediterrâneo, cuja densidade é de 1.04 grama por centímetro cúbico, boiará inicialmente sobre a água mais densa do Mar Morto, que tem 1,235 grama por centímetro cúbico. Esta separação das águas em níveis de densidade é a base sobre a que será montada outra empresa israelita: a geração de energia elétrica por meio de aproveitamento do calor do Sol."

A outra obra, a ser realizada na Líbia por empreendimento do governo do Coronel Khadafi, quando concluída será o maior rio artificial do mundo com 4 mil quilômetros de extensão. Canalizará águas, localizadas ao sul do deserto do referido país árabe, para as regiões norte, aproveitáveis para agricultura e justamente as de maior densidade demográfica. A propósito, o *Correio Braziliense* publicou a seguinte notícia:

"Os estudos técnicos econômicos informam que este projeto supera, em sua importância, a barragem de Assuan, construída pelo povo egípcio à época do presidente Gamal Abdel Nasser, e a obra de Itaipu, em Foz do Iguaçu, no sul do Brasil.

Segundo informações dos técnicos, este grande projeto vai irrigar 185 mil hectares de terra e permitir a criação de um milhão de carneiros, além da produção de cereais, calculada em 750 mil toneladas por ano, e instalação de 37 mil pequenas fazendas.

As informações revelam também que a quantidade de água que será diariamente transportada pelo sistema de aquedutos equivale a 55% da quantidade de petróleo consumida diariamente no mundo inteiro, e que ela pode ser transportada anualmente através desse aqueduto, equivale a duas vezes o volume de água do famoso lago Como, no norte da Itália.

Os libios apostaram na execução deste projeto como uma questão de desafio e glória para a realização de sua independência econômica, garantindo os alimentos para esta e futuras gerações.”

*O Sr. Almir Pinto* — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Concedo o aparte a V. Exª, meu caro Senador Almir Pinto.

*O Sr. Almir Pinto* — Agradeço a V. Exª Queria apartear-lo exatamente porque V. Exª, como ex-Governador do Estado de Pernambuco e tendo participado de muitas reuniões do Conselho Deliberativo da SUDENE, deve estar bem a par da situação que envolve o desvio das águas do rio São Francisco para perenizar esses rios do Nordeste. V. Exª falou, na verdade, que em muitas outras partes do mundo tem havido esse trabalho. Há poucos dias, recebi uma revista, **China**, não sei se V. Exª chegou a ver, que, num artigo, trata do desvio do rio Amarelo, numa distância — eu até guardei bem isto, porque eu queria fazer uma ligeira referência num pronunciamento mais tarde, mas V. Exª está fazendo um belo pronunciamento — de 800 km, da foz do rio até onde deveria irrigar, perenizar. É o rio Amarelo, um rio lodoso, e corrigiram todas essas deficiências. Creio que o projeto a que V. Exª se refere da Bacia de Sobradinho, me parece que é exatamente nesse sentido, do aproveitamento do excedente. Não é isso?

O SR. MARCO MACIEL — Exatamente.

*O Sr. Almir Pinto* — Eu perguntaria primeiro isso, porque é aquela dúvida. Não sei se V. Exª sabe mas, aqui, de uma feita, tive um diálogo com o Senador Passos Pôrto, sobre aquele Instituto Sócio-Econômico Miguel Calmon, da Bahia, que acha que as águas não chegariam para as duas coisas, já que a vazão do rio São Francisco, na época das cheias, chega a 370 mil, não sei bem.

O SR. MARCO MACIEL — No período de cheias, já tem chegado a mais de 10 mil metros cúbicos por segundo.

*O Sr. Almir Pinto* — O Instituto Sócio-Econômico Miguel Calmon condena. E, depois, já disse aqui, no Senado, que de uma feita, lá em Fortaleza, eu li uma entrevista do diretor da CHESF — eu já disse isso aqui — que colocava o Nordeste diante da opção: água ou energia, provinda do rio São Francisco, achando que esse excedente não daria para as duas coisas, energia e água, e perenização, digamos assim, dos rios nordestinos. Depois li, salvo engano, no jor-

nal **O Estado de S. Paulo**, um grupo de bancos internacionais se propondo a fazer esse trabalho que, inicialmente, foi dito aqui, demoraria 40 anos, uns 5 ou 6 bancos, inclusive o Banco Mundial, se propunham fazê-lo em 10 anos, e em 5 anos já se teria algum resultado. Esse projeto em execução já daria algum resultado prático, e o dispêndio seria da ordem de 2,3 bilhões de dólares. Então fiquei a pensar que, na verdade, há possibilidade de ser feito esse projeto sem esse medo, esse receio de que as águas não cheguem para as duas coisas. V. Ex<sup>a</sup> que é um homem que conhece a região, conhece bem a represa de Sobradinho, conhece o projeto, V. Ex<sup>a</sup> poderia aclarar, de fato, de que não haveria esse risco. Inclusive o Instituto Sócio-Econômico Miguel Calmon, da Bahia, lembrou que em 1976 o rio São Francisco tinha mostrado o seu dorso, já tinha mostrado areia, que o curso do rio andou secando muito, e havia aquela preocupação de que isso viesse a influir nas hidrelétricas de Paulo Afonso. V. Ex<sup>a</sup> poderia até dar notícia se há justificativa para esse receio.

O SR. MARCO MACIEL — Quero inicialmente dizer que V. Ex<sup>a</sup> trouxe um excelente contributo ao meu discurso, quando lembrou que, nesses programas de aproveitamento de águas de rios para irrigação, o governo da China está desenvolvendo, no rio Amarelo, uma proposta também nesse sentido. Eu desconhecia essa proposta e até gostaria de ter, depois, maiores detalhes sobre esse assunto.

*O Sr. Almir Pinto* — V. Ex<sup>a</sup> desconhecia a proposta dos bancos?

O SR. MARCO MACIEL — Não. Eu desconhecia a proposta do governo chinês a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu.

*O Sr. Almir Pinto* — O governo chinês não se propôs a fazer aqui o nosso trabalho?

O SR. MARCO MACIEL — Não. V. Ex<sup>a</sup> se referiu a que o governo chinês estava realizando um trabalho de regularização do rio Amarelo. Realmente, eu desconhecia esse trabalho, e quero protestar pelo recebimento do material alusivo ao assunto, para que eu possa melhor me esclarecer sobre essa proposta.

*O Sr. Almir Pinto* — Eu tenho a matéria.

O SR. MARCO MACIEL — Pois não. Eu agradeceria se pudesse ter de V. Ex<sup>a</sup> um exemplar desse estudo.

Agora, V. Ex<sup>a</sup> suscitou um outro problema que, a meu ver, já está bastante esclarecido, que diz respeito ao aproveitamento das águas do rio São Francisco. Está mais ou menos claro que o rio São Francisco dispõe de água sobrando para irrigação; ou seja, que o São Francisco tem de águas excedentes para, além da geração de energia elétrica, — e, ressalte-se ainda outros aproveitamentos energéticos podem ser feitos: agora mesmo está sendo construído Xingó, e já se cogita mais adiante de Ibó — o aproveitamento agrícola ou agropecuário. Naturalmente que o território irrigável no Nordeste é bastante grande, e nós não temos, somente com as águas do São Francisco, condições de irrigar toda a imen-

sa área. Por isso que defendo do lado do aproveitamento das águas do rio São Francisco, que se faça também a transposição de águas de bacias de outros rios, inclusive do Tocantins. Isso daria, então, uma condição para que, adicionalmente, o Nordeste pudesse irrigar uma área maior do que as disponibilidades atuais oferecem. E devo também dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não basta, simplesmente, desviar águas dos rios para irrigação. Mister se faz também que se cuide de reflorestar a região, inclusive as cabeceiras e os leitos dos rios, porque sem o reflorestamento nós corremos o risco, como se passa agora em Senegal, por exemplo, e também como já ocorre em áreas do Brasil, de haver uma crescente desertificação, o que será, a meu ver, excessivamente perigoso e, de modo especial, extremamente grave para o futuro de regiões como as nossas.

*O Sr. Almir Pinto* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não.

*O Sr. Almir Pinto* — Quero apenas esclarecer a V. Ex<sup>a</sup> que não coloquei o problema sobre a questão da irrigação; se as águas do São Francisco chegariam ou não para a irrigação, e sim para a perenização. Aí é que acho uma distinção. Porque na verdade as águas poderão chegar muito bem para a irrigação, digamos, em Pernambuco, ali onde na verdade ele tem o seu leito. O que faz pena é se ver, na televisão, não sei quantos hectares de terra às margens do São Francisco agricultáveis e não aproveitadas, isso é que faz pena. Mas o problema que estou colocando para V. Ex<sup>a</sup> é a suspeita, ou melhor, a afirmação do Instituto Sócio-Econômico Miguel Calmon, da Bahia, e a entrevista dada pelo Diretor da CHESF, de que o rio São Francisco não dispõe de água para perenização — não é irrigação — dos outros rios, inclusive de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e do Piauí. Se bem que acho que a perenização, através do rio São Francisco, para o Ceará, não vai ter lá muito resultado, quando nada, na primeira etapa, pelo que vejo, as águas do São Francisco, se desviadas, cairão no rio Bastiões, lá do Ceará, que desagua no rio Salgado, que banha inclusive a minha terra natal e é o principal afluente, pela margem esquerda, do rio Jaguaribe. Aí ficou o Orós na frente. Quer dizer, praticamente — como se diz — havendo invernos regulares no Ceará, e mantendo-se o Açude Orós uma boa cota d'água estará garantida, assegurada a perenização do rio Jaguaribe; esta é a realidade. Então, o problema do São Francisco, só numa segunda etapa, porque inclusive no Piauí, terra do Senador João Lobo, talvez fosse melhor beneficiado se viessem as águas do Tocantins; pegaria o Gurguéia e, quem sabe, pegaria a região Oeste do Ceará, a Chapada do Apodi, desaguando no rio Acaraú e naqueles outros rios menores, aí sim, porque o São Francisco, a rigor, só perenizaria o rio Salgado e o rio Jaguaribe, no sertão, digamos assim, Sul e uma parte do Ceará central. Mas já o rio Gurguéia, sendo perene, pegando águas do Tocantins, poderia desaguar também no rio Acaraú e iria dar uma situação muito interessante, para o Ceará, de aproveitamento do grande vale, do fértil vale do Acaraú, na região Norte do Estado.



## Reforço ao Nordeste

O SR. MARCO MACIEL — Meu caro Senador Almir Pinto, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que não tenho dúvida — e os estudos nesse sentido já deixam bem claro — de que as águas do São Francisco são suficientes para a perenização de muitos rios do Nordeste, de modo especial, de alguns de seus afluentes. Efetivamente que elas não são suficientes para o atendimento de todas as áreas irrigáveis do Nordeste. Por isso que dizia, há pouco, que eu não só defendo a transposição das águas do São Francisco para seus afluentes como defendo muito mais do que isso: a transposição de águas do Tocantins e de outras bacias, desde que viabilizadas tecnicamente, para o reforço das necessidades do Nordeste.

O projeto que o Ministério do Interior desenvolve, a meu ver, ele tem várias etapas, e numa delas, como consequência de seu desenvolvimento, está o aproveitamento das águas do Tocantins, e espero que tal efetivamente seja viabilizado.

Prossigo, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A transformação do semi-árido nordestino em terra produtiva, por meio da valorização de seus recursos hídricos, especialmente pela irrigação em larga escala, teria naturalmente que completar-se com uma política de reflorestamento da região, a qual, como já observamos, se inclui numa política global de recursos hídricos.

É sabido, com efeito, que a presença de bosques de vegetação arbórea e arbustiva provocam precipitações pluviais, durante a noite, nas áreas de clima semi-árido ou, mesmo nos meses de estio, criam condições favoráveis à ocorrência de orvalho.

Estudos científicos mostram que a formação vegetal pode devolver 75% da umidade que recebe da atmosfera. Além disso, as matas retêm grande parte das precipitações pluviais, defendem o solo contra a erosão e controlam as enchentes.

Conclui-se, assim que uma política de reflorestamento é, também, imprescindível à recuperação do semi-árido. O mais importante é que conquanto outrora parecesse difícil, o reflorestamento hoje se mostra factível.

O semi-árido pode ser reflorestado à base de algaroba, por exemplo, cuja copa frondosa e verde resiste à pior estiagem, como demonstram hoje as experiências no Sertão. Essa árvore tem ainda a vantagem de servir de alimentação para o gado, não só pela sua folhagem, mas pelas vagens que produz, de alto teor protéico. O semi-árido nordestino está hoje, de longe em longe, pontilhado de algarobas, que lá encontram um **habitat** quase natural, ao qual se adaptam extraordinariamente bem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O que nos falta então? Será que devemos deixar uma terça parte da população do País, em permanente estado de subdesenvolvimento, quando os meios para a ação estão à vista de todos?

Será que teremos a veleidade de esperar que o Brasil se transforme numa grande potência, quando uma parte considerável de seu organismo permanece enfermo?

Será que o Nordeste pode viver de esmolas, que nada resolvem? Elas apenas atenuam a fome, por períodos limitados, em prejuízo da verdadeira promoção humana e tendem a enfraquecer o caráter de um homem, que é proverbialmente conhecido como sendo "antes de tudo um forte".

Os donativos têm, em si mesmos, um apreciável sentido de solidariedade humana, mas é lamentável que se transformem numa necessidade, porque eles só existem pelo fato de que não tivemos ainda a coragem de dar a um povo as condições, com as quais ele possa efetuar o seu próprio desenvolvimento e produzir suas riquezas.

O desenvolvimento do Nordeste, com efeito, como, aliás, o desenvolvimento de qualquer região, não pode simplesmente processar-se, de fora para dentro, como já o observamos, no início deste pronunciamento.

O sangue que, porventura, se tente injetar nas artérias da região nordestina, proveniente de outras partes do organismo nacional, não será suficiente para revigorá-la, se não se encontrarem, na própria região, as condições de sua perfeita assimilação e de sua revitalização, como o requer o processo vital de qualquer organismo. Nenhuma parte, com efeito, do organismo vivo se sustentará sadia e forte, se não tiver em si mesma, a força e o dinamismo necessário à permanente geração do processo vital. Sua tendência será sempre atrofiar-se paulatinamente, após um momento de ilusória recuperação.

O que fazer então? Deixar que o Nordeste, entregue à sua própria sorte, definhe, cada vez mais, à medida que a área atingida pelas secas avança, a largos passos, como está acontecendo, sobre terras antes produtivas?

Essa seria a única opção, como, aliás, tem sido até hoje, se não houvesse, à vista opções de reflorestamento e irrigação, principalmente se o Nordeste não dispusesse de solos férteis e produtivos e de recursos hídricos, não só suficientes, mas, de certo modo, consideráveis e mesmo abundantes, para a valorização de seu território, na região semi-árida. Porque essa é a única saída, a grande opção definitiva. Nem a indústria, nem os serviços, nem qualquer grande obra isolada podem gerar os recursos necessários e suficientes para o soerguimento de sua economia. É o solo, antes de tudo, base primeira de toda riqueza, que deve ser valorizado e produzir recursos.

Tanto isso é verdade que, no setor da indústria e no setor dos serviços, os índices de crescimento do Nordeste por vezes ultrapassa os do Brasil, como um todo, mas como na área da agricultura seu desempenho é muito inferior, resultando em um empobrecimento relativo da região.

Acrescente-se a isso o fato de que em uma região, onde quase 90% de seu território são relativamente improdutivos, ou pouco produtivos, de maneira permanente, jamais poderá desenvolver-se, de maneira duradoura, um dinâmico sistema industrial. Sua tendência será estacionar ou mesmo regredir, pois sua sustentação será sempre artificial, de fora para dentro.

Não há dúvida de que o fenômeno das secas, da qual se tem registro, a partir do século XVIII, não só tem provocado, pela sua extensão e intensidade, as mais dramáticas cenas de miséria e de fome do País e mesmo do mundo, como é ainda, também, o fator responsável fundamental pelo atraso crônico do Nordeste, pela progressiva debilidade de sua economia e pelo constante agravamento de suas condições sociais e humanas.

Para se ter uma idéia do ônus que tal situação representa para o Nordeste, basta considerar que, de 1979 a 1983, só em Pernambuco, o habitante do semi-árido deixou de produzir 3 milhões de toneladas de apenas 3 produtos (milho, feijão e mandioca), enquanto que a produção de algodão em caroço foi reduzida em cerca de 150 mil toneladas.

Apenas essas perdas acarretaram, é preciso que se frise, somente em Pernambuco, uma redução no valor bruto de produção, da ordem de 200 bilhões de cruzeiros, a preços de junho do corrente ano. E isso sem se ter em conta as perdas em outros produtos e na pecuária.

### **Decisão política**

O mais dramático de toda essa situação é que a tendência tem sido o agravamento do quadro. O Polígono das Secas, que tinha sido delimitado em 950.000 km<sup>2</sup>, no ano de 1951, de um total de 1.500.000 km<sup>2</sup> da área nordestina, já aumentou em cerca de 400 mil km<sup>2</sup>, a partir de 1979, cobrindo hoje cerca de 90% de toda a região. Com efeito, áreas do Maranhão, antes sujeitas às enchentes, têm sofrido o efeito das secas que hoje atingem uma área de 1.380.000 km<sup>2</sup>, afetando 877 municípios.

É claro que o Nordeste, nessa situação, jamais poderia aspirar a ter níveis aceitáveis de desenvolvimento, pois a área realmente produtiva da região jamais seria capaz de suportar o ônus imposto pelas secas.

Que fazer-se, então, perguntaríamos de novo. Lutar contra a seca? Certamente que não, pois ela é um fenômeno macroclimático inerente à paisagem nordestina.

Na realidade nós sabemos o que fazer. A solução está à vista. Só a irrigação, em larga escala, a partir do maior potencial hídrico nordestino, que é o São Francisco, completada por uma política de reflorestamento, integrará o Nordeste ao desenvolvimento nacional. Os estudos de viabilidade técnica e econômica estão aí. Só falta materializar uma vigorosa decisão política destinada a redimir uma região e um povo, que escreveu para a história pátria muitas de suas mais belas páginas e que enriqueceu a Nação de um acervo cultural, que é, não só para os nordestinos, mas para todos os brasileiros, motivo de justo orgulho.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Região berço da nacionalidade e da própria história pátria, o que o Nordeste, sobretudo a sua enorme porção semi-árida, pretende é, basicamente, a viabilização desses programas.

A partir daí o nordestino do sertão deixará de viver a mercê da ajuda federal obtida muitas vezes sob o impacto de inclementes secas que despertam a comiserção nacional.

A reivindicação que fazemos é de que o Governo Federal considere como prioritária, a execução do Projeto que o Ministério do Interior, por intermédio do DNOS realiza, e, igualmente, apóie iniciativas estaduais no mesmo sentido. Sei que, além do Projeto Asa Brusca, em Pernambuco, há programas semelhantes no Ceará, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí, enfim, em quase todos Estados da região.

E que os recursos destinados para projetos não se voltem exclusivamente para o aproveitamento das águas dos rios do Nordeste, inclusive mediante a transposição de águas da bacia do rio Tocantins, mas para a execução de programas integrados. Portanto, ao lado da irrigação, promova-se o desenvolvimento agrícola e pecuário — especialmente a caprinocultura —, a par da execução de obras de infra-estrutura econômica (estradas e eletrificação, sobretudo) e social (educação, saúde e habitação).

Hoje não é só o Nordeste que reclama essa decisão política. É a própria consciência nacional que, pela primeira vez, se viu profundamente chocada, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, pelas terríveis imagens que a televisão levou aos quatro cantos da Nação.

Uma decisão política vigorosa e abrangente para o desenvolvimento do Nordeste não é só uma questão de justiça e de equidade, é também uma exigência do próprio desenvolvimento do País.

É necessário corrigir-se essa distorção, para que o País possa aspirar realmente ao desenvolvimento harmônico e integral.

A decisão política para o desenvolvimento do Nordeste tem que ser tomada em toda amplitude e profundidade. Diríamos, mesmo, que nada há de maior

urgência no País, porque por ela brada um terço da população do Brasil e porque a reclama e exige a consciência nacional em sua totalidade. Essa decisão pode significar, também, a primeira grande realização de uma política nacional de valorização de nossos recursos hídricos, ponto de partida para outras medidas de grande alcance nesse setor e estímulo poderoso para uma nova e decisiva etapa do desenvolvimento do País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Felizmente, o Brasil moderno superou a cética observação feita por um grande político que o Rio Grande do Sul ofereceu à Nação — Oswaldo Aranha — de que: “o Brasil é um País deserto de homens e idéias”.

A Nação, graças ao esforço de seus filhos, conheceu momentos de grande progresso até bem pouco tempo e voltará, estou certo, logo supere grave crise que a acomete.

Idéias, planos, programas também os tem. Estes como se sabe, também são abundantes com relação à solução dos problemas do Nordeste de sua área mais crítica — o semi-árido.

Acredito, portanto, segundo o tempo a que a cada uma coisa foi prescrito — parafraseando o Eclesiastes — ser o tempo de executar estes projetos e, assim, converter em realidade os sonhos de tantas gerações de brasileiros do Nordeste.



## **AÇÃO PARLAMENTAR**

### **Plaquetas Publicadas:**

- 1 — Cem anos de República
- 2 — Informática e Desenvolvimento
- 3 — Importância do Mar e Presença na Antártica
- 4 — Nordeste: o Semi-Árido
- 5 — Reforma Tributária
- 6 — Ciência e Tecnologia
- 7 — Desenvolvimento Urbano
- 8 — Suco-Álcool-Química: Nova Fronteira Econômica
- 9 — Simplificação das Leis
- 10 — Participação do Congresso na Política Externa
- 11 — Filinto Müller e a Política
- 12 — Política de Desenvolvimento Para Uma Nação Multirregional
- 13 — Agricultura: Nova Fronteira

## **PRÓXIMOS LANÇAMENTOS**

- 15 — Importância da Educação Para a Realização Democrática
- 16 — Subsídios Para Uma política Cultural

Endereço para correspondência:  
Senado Federal  
Gabinete nº 01  
CEP 70160 — Brasília — DF











